

INFORME

Ponto
de
Vista

Ao iniciar-se este ano letivo de 1988 é com alegria que a Chefia do Departamento de Ciências Econômicas apresenta o novo número do Informativo do nosso Curso.

Este ano começa com boas notícias: pela primeira vez em vários anos temos um Centro Acadêmico motivado e disposto a trabalhar pelo alunado e pelo curso, o que afinal é o objetivo de todos nós.

Assim, além desta publicação que já se consolida mais e mais, sob a direção da colega economista Enoisa Veras, vem juntamente a vontade do C. A. de publicar um informativo dirigido aos alunos do Curso.

O nosso informe porém continua aberto a todos. A idéia é através deste veículo, buscar idéias, informações, opiniões sobre a economia brasileira e piauiense, bem como, analisar as condições de ensino que reforcem nossa atividade e as soluções que possam surgir.

Especialmente como Chefe do Departamento, espero que este informe seja um passo a mais para a construção do nosso Banco de Dados. Um veículo que dê voz aos nossos professores e alunos e que seja considerado por todos como um meio de realização intelectual e pessoal.

Pensando dessa forma, apresentamos mais uma edição, a terceira da nova fase, do nosso Informe Econômico, esperando que ele venha de encontro aos anseios do nosso público leitor.



Ricardo Alaggio é o novo chefe do Departamento de Ciências Econômicas da UFPI.

Titanic tropical.Sem Leonardo de Caprio.....pág. 8

A aldeia global e o zoo mercantil.....pág. 4

O Nordeste frente a globalização.....pág. 6

Novos tempos.....pág. 2

Sindicato luta para sobreviver.....pág. 10

Propostas do Centro Acadêmico para 1998.....pág. 11

Confira indicadores pg.12

**E
C
O
N
Ô
M
I
C
O**

NOVOS TEMPOS

JEAN LUSTOSA*

Na véspera da minha colação de grau do curso de Ciências Econômicas, no final de 1988, com muita alegria, soube que eu havia sido aprovado no concurso da Caixa Econômica Federal - meu futuro estava garantido! Assim acreditava eu e pensavam todos que me parabenizaram pelo grande feito. Eu iria trabalhar numa Empresa Pública Federal!

Já transcorrida uma década, temperada por diversos planos econômicos, pela derrubada de reservas de mercado, pela introdução de novos modelos de gestão, tais como *qualidade total, reengenharia, downsizing, just-in-time*, dentre tantos, o desenvolvimento da indústria da informação, o fim da estabilidade no emprego somados à chegada da tão famosa globalização, o futuro garantido desaparecera.

Desaparecera não num passe de mágica. A profissão de bancário está desaparecendo junto com valores, crenças e paradigmas que as inúmeras mudanças que se processam no mundo moderno se encarregam de enterrar e nós não nos damos conta. Somos verdadeiros míopes quando negamos a existência das mudanças atuais.

Ao invés de resistirmos a tais mudanças, seria menos traumático se ficássemos "anteados" para o que está acontecendo ao nosso redor. Precisamos detectar possibilidades de sobrevivência nas tendências. Só garantiremos nossa permanência, enquanto empregados, se formos necessários às corporações, caso contrário, deixaremos de existir. Isto é a tradução de empregabilidade, termo que vem sendo muito difundido ultimamente. Urge que sejamos cada vez mais capacitados e qualificados, que sejamos empregados generalistas, que nos transformemos em indivíduos multi-mídia. Estes são atributos que garantirão nossa sobrevivência daqui para frente nesse louco mundo competitivo. Será que estamos preparados para esse novo tempo? Se não, não nos desesperemos por completo. Vamos fazer um *benchmarking* da sabedoria japonesa o *kaizen*, melhoria contínua, que afirma que podemos obter excelentes resultados se passamos a fazer uma pequena coisa de cada vez, dia após dia.

JEAN LUSTOSA é economista, empregado da CEF e coordenador do MBA em Marketing/PI

OS OBJETIVOS DA PRIVATIZAÇÃO

CLÉSIO RAMIRO DA SILVA LEITÃO*

Os sucessivos blecautes ocorridos no Rio de Janeiro recentemente, além de revoltarem a população, serviram também para reacender a discussão em torno do Programa de Privatização empreendido pelo Governo. Em certa ocasião a Light chegou a deixar os cariocas sem energia elétrica por nove horas ininterruptas, causando enormes prejuízos às famílias e aos comerciantes. Isto demonstra o total despreparo da empresa para atender a um pico de demanda que era de certa forma previsível, tendo em vista que as drásticas alterações climáticas provocadas pelo fenômeno El Niño no continente são de conhecimento de todos. Não restam dúvidas que, após a privatização, a Light fez consideráveis investimentos em sua rede de distribuição, mas a verdade é que eles não foram suficientes para este verão, não obstante a companhia haja distribuído R\$ 150 milhões em dividendos aos seus acionistas. Para completar, a Aneel - Agência Nacional de Energia Elétrica, aplicou à companhia uma ridícula multa de R\$ 2 milhões e o superintendente da Light, Sérgio Malta, resume-se a dizer que "Não dá para reconstruir um prédio destruído em apenas dezoito meses" - isto depende evidentemente do tamanho do prédio e da competência dos engenheiros.

Fosse este um caso singular, poderíamos dizer que ele nada acrescentaria para o debate, acerca das privatizações, que aqui se pretende estabelecer. Mas na realidade a Light não é a única no rol das ex-estatais que, após privatizadas, obtiveram resultados pouco satisfatórios, o que obviamente não é bom para uma economia que precisa crescer urgentemente. O setor siderúrgico, com a CSN privatizada, após um desempenho razoável no ano de 93, apresentou uma queda de 2,6% na produção de aço bruto no ano posterior, além de figurar entre os setores com menor taxa de rentabilidade no ano de 96, com

apenas 0,6% em relação ao patrimônio líquido. Isto sem falar no inesperado reajuste de preços do ano passado, que deixou muitos clientes furiosos. Poucos anos após a privatização os acionistas da Acesita já pensam em passar o seu controle para o Banco Icatu. Já a Embraer, por sua vez, amargou um prejuízo de R\$ 92,9 milhões no primeiro semestre do ano de 97. Tal prejuízo é 7% superior ao que já houvera sido registrado no mesmo período do ano de 96, revelando um desempenho abaixo do que deveria se esperar de uma empresa de bom nível tecnológico como a Embraer.

Diante de tais constatações não há como deixar de colocar em dúvida a utilidade das privatizações para a economia brasileira como um todo e até questionar se elas vêm sendo executadas com a seriedade

"O objetivo primordial de um Programa de Privatização não deve ser apenas tirar do Estado dívidas e custos operacionais..."

necessária. Antes de privatizar as companhias de eletricidade o Governo deveria primeiramente definir uma política para o setor. O objetivo primordial de um Programa de Privatização não deve ser apenas tirar o Estado de dívidas e custos operacionais, mas, antes de tudo, ele deve servir como instrumento alternativo para a implementação de políticas macroeconômicas de desenvolvimento, sobretudo nos setores de energia elétrica e telecomunicações, tendo em vista que o Estado encontra-se momentaneamente impossibilitado de empreender tais políticas. É de suma importância estabelecer nos contratos metas de investimento e produção, que deverão posteriormente ser cumpridas pelas concessionárias, a fim de que sejam evitados problemas como os que aconteceram no Rio.

Mesmo que possa trazer benefícios para a economia do país, a privatização das estatais não significa a cura para todos os nossos males. Para aqueles que acreditam não ser possível impor eficiência dentro das estatais podemos citar como exemplo o excelente lucro líquido de R\$ 69,9 milhões obtidos pela Teleceará no primeiro semestre de 1996, o qual elevou em 11,5% o patrimônio líquido desta empresa líder de rentabilidade entre as subsidiárias da Telebrás. No nosso estado o Banco do Brasil obteve no ano de 1997 um lucro de R\$ 12,7 milhões, um desempenho surpreendente para a administração central do banco e que colocou o Piauí entre os estados com maior lucratividade. O Assessor de Comunicação do BB no Piauí, Lúcio Brigido, afirmou que esta boa performance se deve, além do incremento da atividade produtiva no estado, à conduta mais austera do banco nas suas operações financeiras, a nível nacional. O mesmo também declarou que as metas do banco no estado para 98 são a implantação de um programa de auto-capacitação de pessoal e o desmembramento de algumas agências.

O que parece ser de maior relevância, em última análise, dentro desta discussão, é o fato de que devemos ter em mente, antes de qualquer coisa, a situação precária da intra-estrutura de nossa economia e a necessidade premente de investimentos. Qualquer processo de privatização que não tenha como principal objetivo suprir estas necessidades estará condenado ao fracasso. Além disto é preciso atentar também para a credibilidade do modelo de privatizações, que já anda abalada desde o leilão da Vale. As ações da Cesp já caíram 31,5% este ano em razão desta queda de credibilidade. Ou se adota um modelo de privatização sério e eficiente, capaz de produzir resultados positivos e concretos para a economia do país, ou então é melhor não privatizar mais coisa alguma.

CÍESIO RAMIRO DA SILVA MELÃO é aluno do Curso de Ciências Econômicas da UFPI.

Fluxo de dados: A estratégia da informação

*HILDENILSON DE ARAÚJO SOUSA**

Na onda globalizante da economia mundial é de primordial importância o conhecimento do terreno no qual se avança. O conhecimento minucioso do mercado, aliado ao domínio e a hegemonia da lógica capitalista, são fatores decisivos para a ampliação do controle do capital, por isso é tão disputado e figura na pauta das grandes corporações internacionais.

A garantia de conhecer amplamente os campos nos quais atuam, levam as firmas transnacionais a construir verdadeiros bancos de dados, onde o acesso, o controle, e a capacidade de análise agem sobre a vida, a dinâmica e os costumes dos países-colônias por elas explorados.

Pode-se dizer que está em curso mundial uma transferência, que odemos podermos denominar de "o domínio invisível", da maior quantidade possível de informações da vida nacional. Alguns países, como a França por exemplo, já perceberam essa arapongagem moderna, e movidos pelo sentimento natural de proteção detectou e suspendeu o tráfico indiscriminado do fluxo de dados, como ressaltou o ex-secretário da Comissão Francesa sobre Processamento de Dados e Liberdade, Louis Jonet: "Informação é poder e informação econômica é poder econômico. Informação tem valor econômico e a habilidade para estocar e processar certos tipos de dados pode dar a um país vantagem política sobre outros países". É a fragilização da soberania e a perda da atuação do poder público sobre as políticas nacionais.

A voracidade do capital internacional monitora em seus painéis todo o movimento econômico e social dos países escolhidos para a expropriação e transferências de riquezas.

O Brasil é terreno fértil para o crescimento e total inclusão do fluxo de dados transfronteiras, basta ver o modo como o atual governo fatia o setor das Telecomunicações. A privatização é ponto fundamental para a equipe

econômica, que ruga com o "inchaço" do setor público, e no entanto criam mais postos e cargos na máquina, como a ANATEL, Agência Nacional que vai otimizar a desregulamentação do Sistema Telebrás, abrindo e facilitando o caminho para a privatização.

Com a institucionalidade que o Governo dá a esse processo, fica aberta a temporada de caça às mais preciosas informações. O País já se deparou com situações desse tipo. No final dos anos 70, o governo brasileiro exigiu que se trouxesse para o país a base de dados da empresa aérea Varig, que mantinha todas as suas reservas de passagens e todos os seus controles de vôos numa empresa americana no Texas. Mais recentemente, um escândalo deflagrou o perigo e a inércia das autoridades brasileiras, como o caso do Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia), onde novamente, outra empresa norte-americana expôs o interesse em mapear os recursos e a biodiversidade da reserva florestal brasileira.

Enquanto diversos países procuram formas e equações para solucionarem seus problemas, somos ameaçados pela pirataria informacional, que deleta nossa capacidade de avanço tecnológico e nos coloca no "processo irreversível" da desnacionalização.

No entanto haverá de se formar um movimento de resistência e de alternativas. Não se pode permitir que coloque na mesa negociadora um patrimônio que antes de pertencer ao Estado, pertence à Nação brasileira. É necessário uma ampla discussão visando um melhor esclarecimento sobre a questão, e a viabilidade de um projeto democrático, com a participação de setores da sociedade que estejam diretamente ligados ao campo das Telecomunicações, afim de que a população possa participar dos debates e dos encaminhamentos nas decisões sobre o futuro do País.

HILDENILSON DE ARAÚJO SOUSA é aluno do Curso de Ciências Econômicas - UFPI e Sec. de Imprensa do C.A.

A ALDEIA GLOBAL E O ZOO MERCANTIL

ÉDSON JOSÉ DE CASTRO LIMA*

Um dos maiores desafios enfrentados pelas nações periféricas neste final de século é, sem dúvida, a necessidade premente de se integrarem em um mundo novo, sem fronteiras políticas e comerciais. Os acelerados avanços tecnológicos, a globalização da economia e a acirrada competição inter-nações criaram um processo de seleção natural onde somente dois grupos bem definidos sobreviverão competitivamente como nações produtoras: o grupo dos leões e o das hienas. Os demais países, se desalinhados ou não adaptáveis, serão meros coadjuvantes nesse esquema de produção ou simples consumidores à mercê dos donos dos mercados. Competir, nesse contexto, significa elevar-se em qualidade ao nível dos tradicionais leões que sempre reinaram na savana capitalista, em virtude do elevado estágio

tecnológico construído à custa de longo período de dominação imperialista, ou tentar superar em vantagens comparativas as hienas que emergiram meteoricamente no cenário econômico internacional utilizando-se das sobras deixadas pelos leões e atuando deslealmente através da prática de preços irrealmente arbitrados à custa de uma produção com qualidade duvidosa ou de salários aviltantes pagos a sua força de trabalho. Neste zoo mercantil, conciliar qualidade e competitividade deve ser a grande preocupação dos países que se encontram no bloco intermediário. Nivelar-se por cima ou por baixo é uma questão de grau de competência e de visão estratégica para vislumbrar na aldeia global o espaço de oportunidades. Contudo, apesar de ser uma decisão inadiável, definir-se sobre o futuro é uma questão que deve envolver muita prudência e objetividade, e a educação tem um papel preponderante.

Nenhum modelo de desenvolvimento tem sustentação senão à custa de um arrojado processo educacional que torne a mão-de-obra eficazmente competitiva.

O nível de qualificação, atualização e conscientização dessa mão-de-obra, por sua vez, determina o polo de atração que irá atuar sobre o país: o grupo dos leões ou o das hienas. Definir rumos para a educação em trilhas seguras é o único meio eficaz de edificar o futuro em alicerces estáveis, pois, os atalhos quase sempre não são os melhores caminhos. A educação, contudo, por ser um investimento de alto custo e longo prazo de maturação não tem recebido a devida atenção de governos mais preocupados com o retorno imediato do capital investido. Adiar esse investimento, entretanto, torna cada vez mais distante o seu

"... a acirrada competição inter-nações criaram um processo de seleção natural onde somente dois grupos bem definidos sobreviverão competitivamente como nações produtoras: o grupo dos leões e o das hienas."

retorno em termos de benefícios. Persistir na política de "acomodar" recursos essencialmente em metas de curto prazo ainda é uma triste realidade entre nós. Mais do que uma decorrência da alegada crise econômica, essa prática se constitui num tremendo erro estratégico.

O Brasil, apesar de suas invejáveis potencialidades naturais e humanas, ainda não foi capaz de transformar este potencial enrustido em mecanismo ativo de alavancagem do desenvolvimento. A oitava economia mundial é também uma das mais concentradas e desumanas. Mortalidade infantil, desemprego, epidemias, etc. são conseqüências do analfabetismo (stricto e lato sensu) que impera no País onde nunca se adotou uma política educacional calcada nas peculiaridades e necessidades locais. Adaptar modelos importados dos colonizadores e neocolonizadores sempre foi a maneira mais cômoda de alienar a população colocando-a a serviço dos interesses econômicos e políticos dominantes.

Já a partir de 1549, os jesuítas chegaram ao Brasil iniciaram a sua missão educativa com a finalidade de

"formar os filhos dos colonizadores a fim de manter através deles a hegemonia política e cultural de Portugal". (Metafísica e Educação no Brasil. Peri Mesquita. PUC-PR). O Modelo então adotado estava calcado no tomismo aristotélico e a "pedagogia da resposta", própria desse modelo, bloqueava toda e qualquer possibilidade de desenvolvimento da consciência crítica do aluno preservando o domínio político-cultural dos colonizadores. Desde então, ao sabor das conveniências do império - e posteriormente da república - ingleses, franceses e norte-americanos alternaram-se na posição de impositores de sistemas educacionais sempre revestidos de características visivelmente preservadoras da dominação e do *status quo*.

Hoje, a necessidade inadiável de auto-determinação

exige um posicionamento educacional hegemônico das nações que queiram sobreviver como tal. Assim sendo, é imprescindível enfatizar o papel da universidade no ambiente de transformações econômicas, sociais e políticas que se desenham para o próximo século-milênio.

A universidade em sua missão de formar não somente técnicos mas sobretudo cidadãos produtivos e agentes de mudanças, deve ocupar uma posição de relevo em todo o processo de construção da nova realidade. Contudo, não podemos formar contestadores se não contestamos e nem agentes de mudanças se internamente não temos a coragem de mudar. Omitir-se, neste momento, significa deixar que outras organizações que não a Academia assumam o papel transformador que somente a universidade pode desempenhar de forma científica e humanística. Neste sentido, é necessária a criação de uma nova mentalidade nos meios acadêmicos destruindo o marasmo e a acomodação que se sedimentaram pela ausência de cobranças.

Os centros formadores de mão-de-obra comprometidos com as necessidades do mercado emergente

A EMPRESA E SEU FLUXO DE VALOR

TIAGO CARDOSO ROSA*

não podem ignorar que, além das tendências globalizantes da economia mundial, os acelerados avanços tecnológicos estão a balizar o perfil do profissional que será disputado pelo mercado de trabalho no próximo século. Neste sentido, a universidade tem que mudar e ousar nas mudanças para poder acompanhar o curso da história. Tem, necessariamente, que se preocupar com o futuro do profissional que lança no mercado, não somente em termos de competência científica como também em adaptabilidade tecnológica e visão sistêmica.

Alguns teóricos modernos já ousam apregoar o fim do especialista em favor do generalista, principalmente nos postos de gestão. O importante contudo, é entender que frente às transformações que estão acontecendo no mercado de trabalho, e conseqüentemente nas profissões, a universidade não pode permanecer a reboque nas mudanças quando o seu verdadeiro papel é antecipar-se a elas. A universidade deve ser tão ou mais dinâmica que qualquer outra organização e não mover-se como um caracol quando as demais comportam-se como gazelas.

Não bastasse a necessidade de mudanças no campo da tecnologia e da aplicação do conhecimento, a universidade, notadamente a pública, tem que mudar no aspecto organizacional se pretende sobreviver como instituição de produção e difusão de ciência. Maior que o risco de sucumbir pelo esvaziamento de verbas públicas, a estrutura acomodada que vigora nessas organizações pode destruí-las por inanição. Surge daí o dilema: ou a universidade pública se moderniza para competir com as instituições privadas (muitas das quais já atuando com eficácia no novo sistema) ou será obrigada, para sobreviver, a tornar-se uma delas.

O sonho acabou... ●

Edson José de Castro Lima é Mestre em Gestão Universitária e professor de Economia da UFPI.

Avaliando-se a relação da cesta básica com o SM vigente, constatou-se que seu custo em março/98 correspondeu a 71,53% do SM e que para a sua aquisição o trabalhador gastou 157 h e 22 m de sua jornada mensal de 220 h. Constatou-se ainda que o valor do SM, para garantir o que determina a Constituição deveria ser de R\$ 614, 17 (seiscentos e quatorze reais e dezessete centavos).

Fonte: CEPRO

No processo de mudanças nas organizações empresariais, existe uma preocupação muito acentuada na criação de uma cultura de melhoria contínua em seus fluxos de trabalho. O método gerador dessas melhorias contínuas denomina-se Kaizen, que tem como tradução, definido pelos mestres japoneses "todos melhorando tudo, o tempo todo". Isto é, todos os membros da empresa identificam problemas e apontam respostas para as correções necessárias. Esta conduta se efetiva, em virtude dos funcionários serem fortalecidos e motivados a fazer melhorias contínuas nos processos de trabalho. Esta preocupação tem por finalidade maior agradar o cliente, seja ele interno ou externo. Para realizar esse objetivo, obter a satisfação do cliente, a empresa concentra todas as suas forças na melhoria constante da qualidade, tanto de processos como de produtos. Esta atitude conduz a empresa a ser bastante eficaz no que faz.

No ocidente, o método Kaizen foi denominado por gestão da qualidade da qualidade total - TQM, os quais se valem das mesmas técnicas que incluem círculo de qualidade, esquemas de sugestões, controle estatístico da qualidade e diagramas utilizados na análise de problemas. Estas duas técnicas de gerência ou de trabalho têm gerado muito sucesso aqui no Ocidente.

Entretanto, uma questão deve ser esclarecida com relação a técnica do Kaizen ou a de TQM no que tange a reinvenção do fluxo de valor ou de processo. Ambas se preocupam com a satisfação do cliente. Contudo, a diferença entre os dois métodos consiste em que o Kaizen emprega um fluxo constante de melhorias incrementais. A reinvenção do fluxo de valor sucateia o processo de trabalho existente, fazendo sua substituição por um outro processo radicalmente diferente, e exigindo geralmente da empresa uma grande reestruturação.

O conceito de fluxo de valor na engenharia da empresa tem uma importância bem acentuada, pois o mesmo é conceituado como um conjunto de atividades do início ao fim que gera um resultado para o cliente, tal como na TQM, podendo ser para o cliente final ou

um "usuário final" interno do fluxo de valor. Nos processos burocráticos tradicionais; os fluxos de valor percorre muitas áreas funcionais, isto é devido as estruturas verticalizadas, ainda comum em muitas empresas, onde qualquer fluxo tem que passar por uma cadeia de gerentes ou chefes buscando "autorização" para seguir em frente reduzindo assim, a velocidade da organização empresarial. Na reinvenção do fluxo de valor, a equipe que realiza um trabalho tem responsabilidade do começo ao fim. Pois esta técnica de trabalho não admite empresas com suas estruturas verticalizadas, geradoras de monopólio de informações necessárias a realização do fluxo de processo por inteiro. O redesenho da estrutura organizacional da empresa, tem levado muitas delas ao sucesso com relação a qualidade de seus produtos e serviços, em virtude da velocidade na realização do fluxo de trabalho, permitido assim, dado suas estruturas serem horizontalizadas, possibilitar a todos o acesso às informações essenciais a efetivação do fluxo. Outra vantagem da velocidade da empresa é alcançar primeiro o cliente na satisfação de suas preferências, monitorando o seu ambiente organizacional.

Portanto, o Kaizen ou a TQM geram uma sucessão contínua de melhorias incrementais no processo existente, enquanto a reinvenção do fluxo de valor luta uma melhoria não de 20% e sim de 20 vezes mais. A TQM tem como preocupação o ajuste fino: a reinvenção do fluxo trata de substituir o processo de trabalho existente por um outro radicalmente melhor. As técnicas de Kaizen - TQM apontaram resultados mais positivos quando empregados nos fluxos de valor reinventado, gerando novas atitudes positivas na organização empresarial ●

TIAGO CARDOSO ROSA é professor do Curso de Economia/UFPI e Mestre em Gestão Universitária.

O NORDESTE FRENTE À GLOBALIZAÇÃO

SAMUEL COSTA FILHO*

Durante os anos 80 - chamada "década perdida" - a economia brasileira não conseguiu obter as elevadas taxas de crescimento das décadas anteriores. Todavia, apesar da conjuntura nacional se apresentar desfavorável ao longo desse período, os indicadores econômicos da região Nordeste revolaram que sua economia apresentou uma taxa de crescimento de 4,7%. O que se constata é que a economia do Nordeste, fugindo à lógica das políticas de ajustamento implementadas pelo governo brasileiro obteve um crescimento apreciável.

Nos anos 90, assistimos a penetração e supremacia da onda liberal e privatizante varrendo a economia e sociedade brasileira. O governo FHC, respaldado pelo sucesso do Plano Real, prosseguiu nessa linha liberalizante tentando moldar a economia, o estado e a sociedade. O governo brasileiro posicionou-se cordial e receptivo, aceitando pura e simplesmente os ditames do capital financeiro internacional no quadro da chamada globalização.

Os efeitos positivos da política de estabilização e a decantada globalização deram margem para que os conservadores e a Grande imprensa louvassem as transformações apregoadas pelos liberais e que estariam melhorando a economia brasileira.

No que diz respeito a economia nordestina o tom é altamente otimista. A revista Veja (edição 1508, ano 30, Nº 32, 13/08/97:96-98) apresentou uma reportagem classificando o Nordeste como a nova fronteira econômica. Recordista em crescimento, a região estaria atraindo empresas, criando empregos e melhorando de vida. Assim, teríamos na nossa região: i) produto interno bruto crescendo bem mais do que a média nacional; ii) o rendimento médio das pessoas ocupadas aumentando mais do que no restante do país; iii) o índice de desemprego nas capitais nordestinas sendo menor que nas cidades do sul e sudeste; iv) a população da região foi a que menos cresceu no Brasil (tese malthusiana?); e v) nunca o Nordeste atraiu tanto investimento privado (verdade?).

Esse comportamento da economia nordestina e brasileira, ao longo das últimas décadas, também foi observado por estudos e pesquisas como os da Organização das Nações Unidas e o trabalho dos professores Alvaro Zine e Jeffrey Sach (que embora com abordagens diferentes chegaram a resultado parecidos), concluindo que o Brasil está melhorando e será no futuro

um país mais homogêneo em termos de distribuição de riqueza.

Entretanto, esse crescimento econômico da região Nordeste e as transformações ocorridas não devem ser motivos de comemorações, e devemos estudar mais detalhadamente os indicadores sociais. Pois o contexto social nordestino continua apresentando quadro mais crítico que o da média nacional (valores que não são dos mais auspiciosos).

Uma análise dos dados sobre renda apropriada revela que os 10% mais ricos da nossa população são detentores de 50,6% da renda nacional, enquanto que os 40% mais pobres têm que lutar pela divisão de apenas 7%. Por esse dado, se percebe que o Brasil apresenta uma estrutura de concentração de riqueza e renda de tal magnitude que consegue superar a de países tais como Costa Rica, Uganda, Nepal, Malásia, Zâmbia, Quênia, Botswana (vide tabela).

O Nordeste apresenta indicadores de subdesenvolvimento e pobreza aquém da média nacional e próximo aos países menos desenvolvidos do mundo. Assim, a miséria continua sendo o problema mais grave do nosso país, tendo no Nordeste uma feição mais séria.

A economia nordestina pôde obter crescimento econômico e melhorar, mesmo que de forma reduzida, os indicadores do seu sistema educacional, da área de saúde e de habitação, elevar a esperança de vida de sua população e reduzir a taxa de mortalidade infantil apesar da grave crise por que passava a economia e o estado. Ocorre que esse mesmo comportamento e resultado foram obtidos pelas demais regiões do país, mesmo frente às políticas de ajustamento e estabilização implementadas nos últimos dez anos e da crise fiscal que assolou o estado brasileiro.

Tabela 1
Renda entre a propensão da Renda Apropriada pelos 10% mais ricos e a Propensão da Renda Apropriada pelos 40% mais pobres

País	40%	10%	10+40%	(10+40%)/4
Holanda	22,4	21,5	1,0	3,8
Bélgica	21,8	21,5	1,0	4,0
Japão	21,9	22,8	1,0	5,1
Alemanha	20,4	24,0	1,2	4,7
Suíça	20,1	23,7	1,2	4,7
Reino Unido	18,7	23,4	1,3	5,1
Estados Unidos	17,3	23,3	1,4	5,4
Uganda	16,6	20,7	1,8	7,4
Sri Lanka	15,9	24,7	2,2	8,7
Costa Rica	12,0	26,9	3,3	13,2
Nepal	12,6	46,2	3,7	14,8
Malásia	10,3	39,8	3,9	15,6
Zâmbia	10,8	46,4	4,3	17,3
Quênia	8,9	45,3	5,1	20,6
Botswana	7,0	42,1	5,5	22,2
Fiji	7,0	42,9	6,1	24,3
Panamá	7,2	44,2	6,1	24,6
Brasil	7,0	40,6	7,2	28,9

Fonte: Comandi com base nos dados obtidos em Fatorpostul (1992)
Nota: Distribuição das famílias segundo a renda familiar per capita

Além do mais, o processo de industrialização da economia nordestina e a manutenção do crescimento regional durante as últimas décadas e, em especial, nos anos 80, não conseguiram eliminar as estruturas arcaicas que fazem parte do quadro histórico-estrutural da região, e com isso, esse crescimento foi realizado em benefício das elites e grupos dominantes já melhores aquinhoados, num processo de *modernização conservadora*, e não em benefício da grande maioria de sua população.

Num contexto e formulação de um projeto alternativo de desenvolvimento acional (em busca da justiça e equidade social), se faz necessário repensar as teorias e teses que reivindicam mais recursos e crescimento para o Nordeste. Devemos lutar por modificações na estrutura da região, procurando criar um "novo estilo de desenvolvimento regional". Esse fato se torna mais urgente frente à avalanche neoliberal que invade o governo e a sociedade brasileira, recolocando a solução de mercado como o melhor guia.

Considero o reexame da questão Nordeste dentro do quadro atual, de extrema relevância tendo em vista que: i) a exclusiva atuação dos mecanismos de mercado (individualismo, automatismo, não intervenção, racionalidade, utilitarismo, etc.) dificilmente romperão com as estruturas arcaicas regional; ii) os problemas de superação de barreiras institucionais e de intervenção governamental se constituem num problema político; iii) apesar de todo esforço realizado com a política via SUDENE de incentivos fiscais, e dos resultados obtidos, não foi possível viabilizar um verdadeiro desenvolvimento econômico e social para região; iv) a utilização durante os últimos 16 anos de políticas de curto prazo (políticas de ajustamento e políticas de estabilização),

E A

CIÊNCIA EM REVOLUÇÃO PERMANENTE

CYNTHIA MACHADO*

relegaram ao segundo plano a idéia de desenvolvimento e provocaram o esquecimento das questões dos problemas regionais; v) o atual predomínio do pensamento liberal que prega o Estado Mínimo e ataca não só o intervencionismo do estado mais a todas as conquistas sociais decorrentes do Estado do Bem Estar que surgiu com a revolução Keynesiana; e vi) pela necessidade de procurarmos alternativas de interpretação a essa questão e sobretudo de sugerirmos reformas e políticas a serem seguidas. Isso se faz mais urgente frente as modificações que o processo de globalização vem trazendo para a economia e a sociedade do novo milênio, além do que a *crise que assola a civilização industrial (capitalista) parece que somente será resolvida com a "mudança do modelo de desenvolvimento em vigor"* (Celso Furtado, Veja, 1997, N° 1).

Assim, continua importante, atual e urgente o resgate da questão Nordeste e do problema das disparidades regionais na agenda dos verdadeiros e importantes problemas nacionais. É indispensável a sua inclusão e discussão na formulação de um *"novo projeto de desenvolvimento para o Brasil"*, que se contraponha ao pensamento liberal (que prega o estado mínimo e as soluções de mercado livre) como o melhor caminho a ser seguido pelo nosso país. É uma tarefa a qual devem se dedicar os estudiosos realmente preocupados com o destino da nação Brasil.

Para formulação desse projeto convém ressaltar que não existe uma lógica econômica inexorável em decorrência da globalização. As políticas neoliberais (desregulamentação, liberalização, privatização, etc.) que são concentradoras e socialmente excludentes, além de não resolverem os graves problemas estruturais e sociais, são de natureza política e de responsabilidade do atual governo. Não percam as esperanças em utopias, *devemos lutar pela construção de uma sociedade mais justa, pelo fim da miséria, da fome e da exclusão social no nosso país.* Afinal, até pouco tempo atrás aceitávamos ser possível e que poderíamos mudar o mundo. Será que a volta da supremacia liberal roubou nossa coragem? ●

SAMUEL COSTA FILHO é professor de Economia da UFPI e doutorando em Teoria Econômica do Instituto de Economia/ UNICAMP.

Bons tempos aqueles em que, após suar a camisa para conseguir seu diploma universitário, o novo "doutor" punha um anel no dedo, dependurava o diploma na parede do escritório e doava seus livros para algum sobrinho ou irmão mais jovem ainda na fila do vestibular.

Bons tempos? Nem tanto. A mente inquieta do estudante era subjugada pela falsa noção de que algo pode permanecer estático em um universo que se move velozmente pelo cosmos. A ciência, caminhando ainda a passos relativamente lentos, permitia o luxo da cristalização dos conhecimentos de um profissional por dez a 20 anos, até que este fosse considerado pelo mercado como desatualizado.

Mas essa situação mudou radicalmente. Nos últimos 50 anos a humanidade acumulou mais conhecimentos do que em todos os séculos anteriores. A ciência disparou e, com a ajuda substancial da informática, multiplicou conquistas em proporções geométricas.

A cada dia milhares de novas palavras e expressões são incorporadas ao idioma para designar processos, elementos, tecnologias, fármacos, microorganismos e outras descobertas. Livros podem torna-se obsoletos poucos dias depois de publicados e o conhecimento atualizado é buscado em tempo real, on-line, via Internet.

A previsão de estudiosos do assunto é de que a quantidade de conhecimento da humanidade dobrará nos próximos 20 anos. Em tal luta diária contra a desatualização frente ao enorme cabedal de conheci-

mentos gerados nos quatro cantos do mundo globalizado.

A universidade, nicho de pesquisa e ensino, deve estar preparada para enfrentar tão grandes desafios e atuar como ponta de lança para manter tanto alunos como professores aptos a lidarem com as novas tecnologias.

O estudante deverá ser conscientizado das vantagens de manter-se em aprendizado permanente, mesmo após a graduação. O profissional que já deixou os bancos escolares há algum tempo terá que abrir mão da acomodação e voltar a estudar, sob pena de torna-se totalmente ultrapassado em dois ou três anos. Ao cruzarmos os umbrais do século XXI resta-nos apenas uma certeza: a de somos todos aprendizes de um mundo em ebulição ●

CYNTHIA DINIZ MACHADO MARTINS DE SOUSA é Chefe do Departamento de Economia do Campus Ministro Reis Veloso/UFPI, Parnaíba/PI.

CUSTO DE VIDA

O índice de preços ao consumidor (custo de vida) registrou durante o mês de março/98, um crescimento de 0.74%, elevando assim a variação acumulada nos três primeiros meses do ano para 3.74%. Constatou-se que os produtos alimentícios continuam exercendo grande pressão, notadamente, os in-naturas e os de elaboração primária, dos quais citam-se as frutas, verduras, feijão, ovos e o peixe de água salgada, que em março registrou crescimento de preços de 13.3%.

Fonte: CEPRO

(Ricardo Aluggio Ribeiro - Chefe do Departamento de Ciências Econômicas)

UM TITANIC TROPIC SEM LEONARDO DE

Queria antes de abordar os assuntos que considero relevantes para a vida do departamento, falar um pouco sobre a chefia que ora ocupo. Do meu ponto de vista trata-se de um cargo político no sentido de que é dado ao seu titular, um mandato representativo em nome de uma coletividade: professores, funcionários e alunos. Assim deve haver uma tentativa contínua do titular de analisar, interpretar e executar o pensamento hegemônico no âmbito departamental. Mas entendo que o consenso só pode ser alcançado pelo debate e pelo diálogo. O que demanda, não um chefe isolado sentado na cadeira de sua sala, mas todo um departamento que conjuntamente pensa e repensa a sua ação. Então, faço um convite desde já: vamos trabalhar juntos e enfrentar os tremendos problemas que são conhecidos de todos.

Perspectivas para as IFES

Não há dúvida de que o ajuste fiscal exigido pelas contingências do Plano Real tem castigado duramente as universidades federais. Outro aspecto terrível são as mazelas que adviram da Constituição de 1988 que permitiu uma aposentadoria precoce, especialmente para os professores. Os nossos constituintes esqueceram da Teoria dos Jogos e do individualismo metodológico: cada indivíduo tenta maximizar o seu bem-estar no curto prazo, e é isso que eles fazem. Não podemos culpá-los de aproveitarem-se de uma legislação licenciosa. Ao mesmo tempo abrem-se oportunidades no setor educacional privado para estes que saem. Os que ficam, têm a sensação de estarem amarrados a um "Titanic" que naufraga.

Não creio porém, que as universidades federais irão se

acabar. Há muito capital e recursos humanos investidos durante um longo tempo neste empreendimento. A idéia vigente hoje no MEC é a de aumentar a autonomia universitária, dando liberdade às IFES para estabelecer uma política de pessoal e de remuneração. Isto seria acompanhado de uma estreita vinculação com o desempenho dos servidores. Eu pessoalmente não tenho nada contra uma política que leve em conta a eficiência individual. Aliás, acredito mesmo que ela é fundamental. Se há algo que desgosta um chefe de departamento, ou um coordenador, é ver, muitas vezes, situações de descaso com funções primordiais, tais como ensinar,

"...não conseguimos criar nestes vinte anos de existência do Departamento de Ciências Econômicas um ambiente acadêmico que instigasse e motivasse professores e alunos."

zelar pelo patrimônio; e não ter meios para intervir porque a Instituição não está preparada para isto.

Universidade Federal do Piauí

Se as universidades federais no seu conjunto apresentam problemas, podemos dizer que a nossa os apresenta em um nível extraordinário, que se devem em grande parte a certas características próprias. No mestrado eu tive um professor que dizia: Se você quer entender algo, veja como aquilo começou! Então penso: a UFPI começou a funcionar dentro de uma sociedade ainda agrária-comercial, pouco competitiva. Os professores eram escolhidos muitas vezes por critérios políticos. Havia um projeto de universidade que se chocava com a realidade social, cultural e política. É claro que alguns dedicaram seu

suor à construção deste projeto. Mas não se pode dizer o mesmo de todos.

Num certo sentido houve uma melhora a partir do momento em que foi possível a contratação de novos professores por concurso. Isto ocorreu ao mesmo tempo em que o mercado de trabalho se tornava mais competitivo. As pessoas então passaram a encarar a carreira universitária como sendo o seu projeto de vida. Mas, como já vimos, outros problemas surgiram.

DECON

Inicialmente penso, que devido a diversos fatores, não conseguimos

criar nestes vinte anos de existência do Departamento de Ciências Econômicas um ambiente acadêmico que instigasse e motivasse

professores e alunos. Há pouca pesquisa, pouca extensão, pouca publicação e um baixo nível geral de especialização do corpo docente. Se examinarmos a lista de professores parece que nos especializamos em oferecer quadros para a burocracia estatal. Professores que sabemos, dificilmente voltarão a sala de aula e que prejudicam os nossos índices de desempenho.

Me preocupa hoje, perceber um certo envelhecimento do curso. Boa parte dos professores atuais certamente não vão mais fazer cursos e esperam pela aposentadoria. Enquanto isso, não há perspectivas de novos concursos, e mesmo a contratação de professores substitutos é problemática. Este "envelhecimento" pode ser também detectado pela percepção de que se abre um hiato crescente entre o mercado e o cur-

AL. CAPRIO

so; hiato que é percebido por boa parte dos professores e alunos.

Neste sentido, está sendo preparado para o próximo semestre uma reforma curricular, cuja principal razão de ser é o motivo apresentado acima. Ouso dizer porém, que ela ainda é tímida e insignificante. Achei a discussão insuficiente. Mas como sempre, tudo esbarra em nossos limitados recursos humanos. De qualquer forma nesta área estamos nos mexendo.

Outras iniciativas do departamento surgiram de esforços de nossos colegas. Houve a formação do Banco de Dados, que embora ainda não esteja completamente operacional, é hoje uma conquista que considero irreversível, mesmo porque se encontra cada vez mais bem aparelhado. Agora mesmo, surge mais uma proposta interessante. O C. A., juntamente com o prof. William Bandeira, está montando um Núcleo de Pesquisa que se quer autônomo e capaz de influenciar no ensino e na pesquisa departamental.

Para finalizar quero entrar num terreno espinhoso. Acredito na Teoria Neoclássica quando ela diz que salário é função de produtividade. E isso que nos falta. Não somos produtivos. Há uma enorme apatia e acomodação com degraus conquistados. Esquecemos de nossa responsabilidade. Se fôssemos mais produtivos, pela própria natureza das coisas, estaríamos melhores, pois abririam-se os caminhos para os recursos públicos e privados. Porém esse discurso não é reconhecido. As pessoas não possuem um referencial que as oriente rumo a uma competência profissional acadêmica, que fica restrita muitas vezes àqueles que a puderam testemunhar em bons cursos de mestrado e doutorado.

Reafirmo a disposição da chefia em apoiar as iniciativas construtivas de nossa pequena comunidade e nossa disposição para trabalhar com quem queira trabalhar. Vamos fazer as coisas básicas e da forma correta.



Rígardo Alaggio Ribeiro

- Graduado em Engenharia (1981) e Economia (1982).
- Especialização em Economia Neoclássica/UNICAMP.
- Mestrando em Ciência Política/UNICAMP.
- Professor concursado da UFPI (1986).
- Eleito Chefe do Departamento de Ciências Econômicas em dezembro de 1997.

SINDICATO LUTA PARA SOBREVIVER



Frente do prédio onde funciona o sindicato dos economistas

Entidade que representa os economistas no Piauí sofre com a falta de recursos

*ELIAS SILVA E SALES**

Quem passa pelo número 1542 da rua Desembargador Freitas, no centro da cidade, se depara com um pequeno sobrado de fachada em cerâmica verde musgo já bastante desgastada pelo tempo. Nesse local, conseguido através de doação do economista Antônio Almendra de Freitas Neto (à época governador do Estado), os economistas dividem com os jornalistas o espaço para a sede dos seus respectivos sindicatos.

Os economistas têm à sua disposição toda a parte de baixo do prédio, que possui uma salão medindo aproxima-

damente 5,25 metros de largura por 34,55 metros de comprimento e um pequeno banheiro. Segundo Benjamin Rodrigues de Carvalho, atual presidente da entidade, a sede própria foi uma importante conquista para a categoria. "Eu me sinto gratificado porque realizei, logo na minha primeira gestão, uma promessa de campanha e uma aspiração antiga de todo economista", declara. Benjamin Carvalho dirige o sindicato dos economistas pela terceira vez.

O visitante percebe logo ao entrar que o sindicato funciona com precariedade: uma simpática recepcionista atende ao público num arremedo de escritório que conta apenas com um mínimo de equipamentos e móveis. Para completar, as paredes estão estioradas, o rebôco caindo e o prédio necessita de reparos urgentes. "O dinheiro que o sindicato arrecada por mês só dar para pagar água, luz, telefone e o meu salário de 120 reais, isso quando tem dinheiro em caixa", explica a secretária Valmira Lima.

Há mais de um ano que a maioria dos sócios deixou de contribuir com o sindicato. Dos mais de 350 filiados, apenas 50 pagam regularmente a entidade. "O que recebemos mal dá para pagar as despesas normais da administração, se quisermos realizar algum tipo de serviço na sede, como recuperar o prédio, por exemplo, não dá", lamenta-se Carvalho, lembrando ainda da necessidade de se fazer al-

gumas adaptações na sede como a instalação de divisórias para a criação de salas e um salão para reuniões. "Já estamos buscando os recursos necessários para isso", diz Carvalho.

Para Benjamin Carvalho, se todos contribuíssem com o sindicato, as coisas seriam bem mais fáceis. Embora alguns filiados continuem pagando regularmente sua contribuição sindical, não deixam de fazer críticas severas a atuação da entidade que os representa. O economista e empresário da noite Arnadson Cartaxo é um dos que pagam com regularidade o sindicato, mas é enfático: "Pago apenas porque me cobram mas não vejo nenhuma utilidade nisso. Ainda não vi nada de concreto desse sindicato em defesa da nossa classe", completa.

A coordenadora do Curso de Economia da UFPI, professora Elisabeth Silvestre, por exemplo, acha que não tem sentido um sindicato por categoria profissional. "O que nos une são os interesses a partir do nosso local de trabalho. Eu me sinto mais ligada aos problemas dos servidores federais como um todo do que da minha própria categoria específica", esclarece.

Anda este ano, o sindicato dará início ao recadastramento dos economistas filiados e, através de uma campanha de esclarecimento sobre o papel do sindicato, tentará aumentar o quadro de filiados. A diretoria pretende ainda, conseguir uma área para a criação de um clube para a categoria.

Muita coisa precisa ser feita, trabalho não falta. Só com boa vontade não se realiza nada. Benjamin vai precisar do apoio concreto de cada economista para que o sindicato não feche as portas ●

*ELIAS SILVA E SALES é aluno do Curso de Comunicação Social/UFPI e bolsista do Decon.

NOTÍCIAS

O prof. R. N. Monteiro de Santana, presentemente Pesquisador Associado Senior da UFPI, em parceria com Rita de Cássia L. F. Santos, lançará, no início de abril próximo, mais um livro sobre a *Nova Realidade-Mundo*.

É o segundo texto do Programa de Pesquisa sobre a formação da Nova Realidade-Mundo. Nele, os autores estabelecem e fundamentam a tese de que as transmutações por que passa toda a vida humana, individual e coletiva, neste fim de século, deve-se principalmente à interação de três elementos básicos: o advento dos meios eletrônicos, notadamente da linguagem numérica; o fenômeno da desmaterialização; e o processo de miniturização. A situação objetiva gerada pela conjunção desses elementos dá ensejo a um campo de possibilidades – ou virtualidades – inéditas ao homem, cuja concretização tenderá a transmutar profundamente o modo de "viver junto" dos indivíduos – na cultura, na política, na economia – ao tempo em que delineará uma nova arquitetura para a ordem que presidirá a nova realidade-mundo.

CENTRO ACADÊMICO: PROPOSTAS PARA 1998

JACYARA MARY DOS SANTOS*

O curso de Economia da UFPI passa por um processo de reestruturação e valorização e o Centro Acadêmico de Economia pretende participar ativamente dessa mudança. Nos últimos anos o Curso tem enfrentado sérias dificuldades em manter um nível de qualidade no ensino, compatível com o compromisso assumido na sua instalação.

Visando adequar o Curso à realidade do mercado de trabalho, o DECON deverá promover a reformulação do currículo a partir de 1998/2. Partindo deste princípio o Centro Acadêmico de Economia gestão *Um Passo a Frente*, apresentou um projeto ao DECON: Revitalização do Centro Acadêmico - proposta de projetos e atividades para 1998 – objetivando a revitalização desta

entidade bem como a busca de melhorias.

Entre as várias propostas apresentadas, destaca-se o censo dos alunos de economia da UFPI, que objetiva traçar o perfil do estudante do referido curso. Trata-se de um questionário que será aplicado aos alunos matriculados, avaliando o nível sócio-econômico e cultural, perspectivas do recém-formado, avaliação do Curso/professores, entre outros. O resultado deste levantamento será de fundamental importância para as modificações que deverão ser implantadas no curso de Ciências Econômicas.

O projeto pretende criar um banco de dados sobre o alunado a partir do censo, a fim de que o C.A., em conjunto com o Departamento, possa indicar alunos para estágios, observando não só o histórico escolar mas, a capacidade técnica do aluno.

Visando qualificar o aluno do Curso de Economia da UFPI, serão realizados convênios com escolas de Informática, onde serão ministrados cursos de Windows, Access, Word e Excel. Serão firmados convênios com cursos de línguas estrangeiras, principalmente o Inglês e o Espanhol.

Encontra-se também em processo de elaboração o NPE – Núcleo de Pesquisas Econômicas, coordenado pelo professor do DECON, William Jorge Bandeira, que irá selecionar e treinar os alunos interessados para a aplicação de pesquisas de mercado de cunho acadêmico ou para empresas particulares. Serão realizadas pesquisas de levantamento do índice do custo de vida em Teresina. O Núcleo irá procurar convênios com jornais e revistas para a publicação dos resultados. A partir do N.P.E será implantada a Empresa de Consultoria Júnior com a participação da coordenação, dos professores e alunos. A Consultoria Júnior tem como objetivo o treinamento de alunos, reciclagem de professores e a elaboração de projetos. Essas são algumas das propostas levantadas pelo Centro Acadêmico para a melhoria do curso. É imprescindível o apoio do DECON, dos professores e de todos os alunos do curso para a efetivação dessas propostas.

*JACYARA MARY DOS SANTOS é aluna do Curso de Ciências Econômicas/UFPI e membro do C.A.

iNFORMES

ECONOMIA EM DEBATE

DESEMPREGO X MERCADO DE TRABALHO

O Centro Acadêmico de Economia e o Departamento de Ciências Econômicas da UFPI, promovem um debate que tem como tema "Desemprego X Mercado de Trabalho". Pretende-se apresentar uma visão panorâmica da situação atual da economia mundial e as possibilidades de mercado de trabalho para os economistas.

DATA: 28/06/98

HORÁRIO: 18 horas

LOCAL: Auditório Noé Mendes

PALESTRANTES

William Bandeira - Análise do desemprego a nível nacional e internacional.

Luis Carlos (Puskas) - Análise da política econômica do governo Fernando Henrique, como gerador do desemprego no Brasil.

Ednardo Brito - Perspectivas do mercado de Trabalho em Teresina.

Edson Arruda - Possibilidades do Mercado de Trabalho para os Economistas.

PÚBLICO ALVO: ALUNOS DE ECONOMIA E A COMUNIDADE EM GERAL.

REALIZAÇÃO:

CENTRO ACADÊMICO DE ECONOMIA
GESTÃO: UM PASSO À FRENTE

INDICADORES ECONÔMICOS

PERÍODO	IGP-DI FGV	IGP-M FGV	IPC FIPE	INPC IBGE	IPCA IBGE	ICV DIEESE	TR %	TAXA DE CÂMBIO COMERCIAL PARALELO	POUPANÇA (1)
JAN/97	1,58	1,77	1,23	0,81	1,18	2,12	0,7440	1,0461 1,080	1,24
FEV	0,42	0,43	0,01	0,45	0,50	0,46	0,6616	1,0515 1,100	1,42
MAR	1,16	1,15	0,21	0,68	0,51	0,50	0,6316	1,0593 1,130	1,12
ABR	0,59	0,68	0,64	0,60	0,88	1,08	0,6211	1,0638 1,140	1,04
MAI	0,30	0,21	0,55	0,11	0,41	0,01	0,6354	1,0717 1,130	1,22
JUN	0,70	0,74	1,42	0,35	0,54	0,99	0,6535	1,0769 1,135	1,18
JUL	0,09	0,09	0,11	0,18	0,22	0,55	0,6580	1,0834 1,150	1,00
AGO	-0,04	0,09	-0,76	-0,03	-0,02	-0,28	0,6270	1,0916 1,135	1,27
SET	0,59	0,48	0,01	0,10	0,06	0,11	0,6474	1,0964 1,135	1,11
OUT	0,34	0,37	0,22	0,29	0,23	0,06	0,6553	1,1031 1,165	1,01
NOV	0,83	0,64	0,53	0,15	0,17	0,21	1,5334	1,1098 1,170	1,36
DEZ	0,69	0,84	0,57	0,57	0,43	0,18	1,3085	1,1164 1,215	1,93
NO ANO	7,48	7,74	4,82	7,41	5,22	6,11	1,1500		14,90
JAN/98	0,88	0,96	0,24	0,85	0,71	0,70	1,1459	1,1237 1,190	1,61
FEV	0,02	0,18	-0,16	0,54	0,46	0,28	0,4461	1,3040 1,185	1,55
MAR	0,23	0,19	-0,23	0,49	0,34	0,20	0,8995	1,3740 1,175	0,91

FONTES: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DE SÃO PAULO - CORECON, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DO PIAUÍ (POUPANÇA)
(1) Crédito do dia 28 de cada mês

PERÍODO	IPC CEPRO	CUSTO CESTA BÁSICA-CEPRO R\$
JAN/98	1,82	72,08
FEV	0,88	78,10
MAR	0,74	85,84

FONTE: FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS
E SOCIAIS DO PIAUÍ - CEPRO

EXPEDIENTE:

INFORME ECONÔMICO
ANO 2 - Nº 03 - MARÇO DE 1998
PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL
EDITADO PELO DEPTº DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFPI
COORDENAÇÃO: ECONOMISTA ENOISA VERAS - DECON
COLABORAÇÃO: ECONOMISTA ARMANDSON C. GOMES - DECON
PROJETO GRÁFICO: PROFA. ELMIRA SIMEÃO - DEPTº DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - UFPI
EDITORAÇÃO GRÁFICA: ELIAS SALES
IMPRESSÃO: GRÁFICA DA UFPI
TIRAGEM: 1000 EXEMPLARES - DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CAMPUS ININGA - TERESINA - PIAUÍ
CEP: 64.049-550 FONE: (086) 237-1212 ramal 341 FAX: (086) 237-2812